

A ação pela palavra em notícias de telejornal: abordagem discursiva dos performativos em (con)texto intersemiótico¹

The action through the word by news: Discursive approach of performative acts in intersemiotic (con)text

Bruno Deusdará²

brunodeusdara@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Poliana Coeli Costa Arantes³

polianacoeli@yahoo.com.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Luiz Felipe Eduardo⁴

luizfelipemeloo@gmail.com

Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO - No presente artigo, temos como objetivo contribuir com as investigações que pretendem abordar o texto como plano material em que se atualizam embates entre posicionamentos discursivos diversos. Para isso, lidamos aqui especificamente com a notícia televisiva como um texto de natureza intersemiótica, cuja materialidade pode ser investigada a partir de considerações a respeito da complexidade do encontro entre o verbal e o audiovisual. A partir da demanda social de reflexão acerca da cobertura midiática das manifestações populares, discutimos, neste trabalho, a produtividade da abordagem da ação pela palavra por meio da delimitação dos performativos, de acordo com Rocha (2014), centrando-nos nos impasses para sua delimitação em textos de notícia que parecem, à primeira vista, eminentemente narrativos.

Palavras-chave: discurso midiático, telejornal, performativo.

ABSTRACT - The main purpose of this paper is to contribute to the investigations that intend to consider the text in material terms, where various discursive positions might be in confrontation. To achieve this goal, we have chosen to analyze news of a television channel as an intersemiotic text, whose materiality can be investigated concerning the complexity between the verbal and non-verbal elements. Regarding the social-reflective demand about the media coverage of the demonstrations in Brazil, we discuss the productivity of the action-through-the-word approach by the delimitation of the performative acts, according to Rocha (2014), focusing on the difficulties to their delimitation in the news texts which seem at first sight, prominently narrative.

Keywords: media discourse, telejournalism, performative acts.

Considerações iniciais

No presente artigo, temos como objetivo contribuir com as investigações que pretendem abordar o texto como plano material em que se atualizam embates entre

posicionamentos discursivos diversos. Para isso, lidamos aqui especificamente com a notícia televisiva como um texto de natureza intersemiótica, cuja materialidade pode ser investigada a partir de considerações a respeito da complexidade do encontro entre materialidade de natu-

¹ O autor Bruno Deusdará agradece à Faperj pela concessão de bolsa do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (Processo no 21.4710. Edital 06/2015).

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Estudos da Linguagem. Programa de Pós-Graduação em Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Rua São Francisco Xavier, 524, 11º andar, 20559-900, RJ, Brasil.

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Letras Anglo-Germânicas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Rua São Francisco Xavier, 524, 11º andar, 20559-900, RJ, Brasil.

⁴ Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Av. Prof. Pereira Reis, 119, Santo Cristo, 20220-901, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

reza verbal e audiovisual. A partir da demanda social de reflexão acerca da cobertura midiática das manifestações populares, discutimos, neste trabalho, a produtividade da abordagem da ação pela palavra por meio da delimitação dos performativos (Rocha, 2014), centrando-nos nos impasses para sua delimitação em textos de notícia que parecem, à primeira vista, eminentemente narrativos.

Situando-nos já há dois anos das manifestações populares em que se envolveram ativamente habitantes de centenas de cidades brasileiras durante a Copa das Confederações, evento que antecedeu a Copa do Mundo, com destaque para a participação da juventude, reconhecemos a necessidade ainda premente de oferecer referências para a compreensão desse processo, em diferentes campos do saber. Entendemos que a compreensão desses eventos deve abranger os vínculos que se estabeleceram em torno deles, para que se evite apenas lidar com as manifestações, suas pretensas causas e possíveis explicações para seus desdobramentos. Com efeito, qualquer iniciativa de reflexão que pretenda impor a esses eventos uma lógica linear os achará em sua potência de ação social, em direção à instauração de novos modos de vida na cidade.

Não raro se teve acesso a esse evento por meio de enunciados como “o gigante acordou”⁵. Dito desse modo, sugere-se uma ruptura entre o pretense estado de letargia ou “adormecimento” e uma nova condição. Atribuem-se valores distintos entre essas condições, ressaltando a positividade de se “estar acordado”, pretensamente “ativo” diante do que se desenrola na cena nacional. Registre-se ainda, a respeito do modo como o enunciado em tela se refere aos eventos de mobilização e uma pretensa crítica à letargia anterior, que é possível recuperar cenas validadas no imaginário popular que parecem conduzir a semelhante compreensão a respeito da cena política brasileira. Referimo-nos aqui ao estudo de Carvalho (1987) tematizando a contradição entre certos textos que se tornaram recorrentes acerca da reação popular em torno da proclamação da República e as movimentações ativas de diversos segmentos sociais já nos primeiros anos do novo regime.

Com as breves considerações acima a respeito de um dos enunciados que teve então ampla circulação, pretendemos antecipar algo que nos parece não ser necessariamente levado em conta, quando diferentes atores se propõem a analisar os eventos que se desenrolaram no que ficou conhecido como “Jornadas de junho”. Em geral, fala-se, a respeito da divulgação realizada pela grande mídia, em diferentes versões postas em circulação. Quando se coloca em cena o debate em torno de diferentes versões, sugere-se que haveria diferentes modos de se contar um evento, que pode passar então a ser concebido a partir de certa condição unitária. Dito de outro modo, se as versões podem variar, o que se teria no plano empírico seria um

único e mesmo evento, que variaria apenas em função do compromisso social (e, também, econômico, cultural) daquele que o conta.

Considerando que a Linguística Aplicada também pode responder a essa demanda social e teórica, as reflexões que ora trazemos encontram-se motivadas por um duplo interesse. De um lado, desejamos contribuir com discussões que permitam desdobrar as críticas e polêmicas instauradas pelas manifestações das “Jornadas de junho”. De outro lado, investimos no mapeamento de entradas conceituais e metodológicas para enfatizar uma concepção pragmática da linguagem, a partir de uma orientação discursiva de pesquisa.

Dialogando com essa perspectiva, a discussão do presente artigo dirige-se a uma compreensão do modo como esses eventos foram noticiados pela imprensa empresarial, em seus telejornais, procurando fundamentalmente romper com a lógica segundo a qual se pensaria a imprensa apenas como instância que noticiava eventos ocorridos anteriormente. A nosso ver, as notícias não apenas tematizam eventos anteriores, mas também antecipam possíveis desdobramentos, compondo alianças, desqualificações, pretensos equilíbrios. Em outras palavras, as notícias também contribuem com certa produção de realidades, configurando lados, compondo embates, conferindo estatuto às diferentes vozes convocadas a falar (Deusdará, 2007, 2013).

Para isso, estabelecemos diálogo com as análises realizadas em Eduardo (2015), explorando os impasses então encontrados e avançando na explicitação da produtividade de considerar como performativos certos atos que, à primeira vista, não deveriam ser atribuídos a atos de linguagem. Retomaremos a notícia analisada na referida pesquisa, expondo a caracterização proposta por ela para o gênero do discurso notícia televisiva. Na sequência, evidenciaremos algumas dificuldades na delimitação dos performativos em textos que se pretendem eminentemente narrativos. Proporemos uma gradação dos performativos, desde os mais facilmente recuperáveis até outros que se mostram neutralizando a dimensão ilocutória subjacente ao relato.

A ação pela palavra: implicações conceituais da abordagem discursiva dos performativos

Neste item, apresentamos a fundamentação teórica da discussão que pretendemos encaminhar nas análises, em especial no modo como a noção de performativo pode contribuir com pesquisas que se orientam pela compreensão da indissociabilidade da produção de textos com a de um entorno que lhes dê sustentação, tal como vem sendo enfatizada pela noção de prática discursiva (Maingueneau,

⁵ Enunciado recorrente durante as manifestações populares de 2013, que faz referência ao Brasil (gigante) que despertou para a mobilização coletiva.

1997). Parece-nos importante salientar também que a discussão aqui proposta se articula com uma demanda social de reflexão acerca dos processos de produção de sentido que se configuram a partir dos noticiários da mídia empresarial, pois, além da contribuição ao campo dos estudos linguísticos, há que se destacar a importância e a contribuição da presente pesquisa aos estudos das mídias. Com efeito, as formas de endereçamento discursivo e produção de sentidos, elaboradas por essa mídia, exigem um desenvolvimento maior de pesquisas na área acadêmica, sob pena de a lógica empresarial encarregar-se totalmente disso (Arantes, 2013).

Nesse sentido, consideramos relevante retomar a análise das notícias televisivas, em primeiro lugar, pela contribuição que podem oferecer ao debate acerca da necessária democratização dos meios de comunicação no país, uma vez que ainda são dominantes as grandes mídias que monopolizam o acesso à informação, apesar dos esforços constantes da imprensa popular, que entrou no mercado a fim de trazer um produto adequado às necessidades e preferências dos leitores de classes menos favorecidas, mas que acaba sendo financiada por grandes grupos e corporações empresariais brasileiros. Sendo assim, atesta-se o papel insuficiente também da mídia popular na democratização das informações atualmente, sobretudo pelo fato de ainda investir em uma cobertura homogênea dos fatos, sem compromisso crítico e social (Arantes, 2013).

De acordo com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), embora a formação de monopólio da comunicação seja vedada pela Constituição Brasileira, a ausência de limites mais rígidos e o afrouxamento de regulação têm favorecido a concentração do controle empresarial. A partir dessa perspectiva, os estudos em torno dos meios de comunicação assumem orientação que pretende contribuir com as práticas democráticas e a promoção da cidadania.

Em segundo lugar, um investimento na análise das comunicações em suporte televisivo também permite interrogar os vínculos que se constituem entre uma pretensa realidade exterior e o texto divulgado nos estúdios de televisão. Nesse sentido, o que se questiona é justamente o primado da função referencial da linguagem em favor de sua dimensão pragmática. Aliás, um dos focos das próprias manifestações residiu em questionar o modo como as notícias veiculadas produziam certa “versão dos fatos”. Avançar em análises em torno da mídia televisiva nos permitirá justamente interrogar essa relação entre evento e sua notícia como aquela que vem se constituindo como uma pretensa divulgação de “diferentes versões de um mesmo evento”.

Neste momento de nossas reflexões, sem poder antecipar muito do que pretendemos demonstrar com nossas análises, diríamos apenas que, se a crítica assim estabelecida possui a vantagem de evidenciar a impossibi-

lidade da imparcialidade, ainda consideramos necessário problematizar a sugestão de que haveria apenas versões diferentes para um “mesmo” evento. Em outras palavras, duvidar da ideia de fundo em tais críticas, que sugeririam, portanto, a existência de um “único e mesmo” evento, como se ao mundo correspondessem eventos dotados de expressão única e homogênea e sobrando para a linguagem a diversidade das formas de expressão.

Dessa maneira, cabe-nos caracterizar minimamente a perspectiva discursiva que vem orientando nossas investigações para, em seguida, discutir especificamente a produtividade da noção de performativo para a explicitação da ação que está na base de toda tomada da palavra.

Parece-nos necessário iniciar pela recuperação da recusa do conteudismo como marca fundante das pesquisas em discurso, ou seja, a emergência da análise do discurso (AD) no campo dos saberes nas ciências humanas corresponde à crítica ao primado da função referencial da linguagem. Seja pelo investimento no encontro entre marxismo, psicanálise e linguística (Pêcheux, 1990), seja pela recusa à prática escolar tradicional de interpretação de textos (Maingueneau, 1997), o que se evidencia é a ideia de que os sentidos dos textos não poderiam corresponder ao projeto de dizer do falante, inscrito na superfície do dito.

Se as práticas de análise de conteúdo insistiam na ideia de que as palavras ocultariam uma significação profunda que conviria desvelar a partir de procedimentos técnicos de contagem da frequência e da coocorrência dos vocábulos, a perspectiva discursiva, por outro lado, vem procurando responder a essa insuficiência com reflexões que buscam afirmar o texto como plano material dos embates entre posicionamentos discursivos distintos (Rocha e Deusdará, 2006).

Na busca por responder a critérios cientificistas que suporiam ser a quantidade de textos submetidos à análise um elemento fundamental, “a análise de conteúdo perde algo da singularidade das enunciações e, embasada em uma concepção de linguagem transparente, privilegia generalizações e representações de uma realidade objetivada” (Rocha e Deusdará, 2014, p. 299). Entre outros argumentos já apresentados para essa recusa do primado do dito sobre os modos de dizer, a análise de conteúdo “recorre, como procedimento metodológico, à anulação das diferenças entre diferentes termos para criar, na interseção daquilo que possuem em comum, uma única categoria” (Rocha e Deusdará, 2014, p. 301).

Como resposta a esse ideal cientificista da quantidade de textos, à análise do discurso coube responder com a defesa do que se atualiza como qualidade de produção de mundo por meio das interações verbais. Considerar o texto como plano material dos embates entre posicionamentos distintos nos sugere ideias importantes que convém explicitar. A primeira delas reside na assunção de que o indivíduo não se constitui unicamente por uma tomada de consciência e conseqüentemente por

um posicionamento diante do que diz. Dessa forma, o posicionamento a que nos referimos não corresponde a opiniões individuais a respeito de um determinado tema, já que esses posicionamentos remetem antes ao modo como as formações discursivas permitem configurar o universo do qual se fala.

Com efeito, essa recusa possui uma contraface positiva que nos interessa igualmente explicitar: a dimensão institucional implicada em toda tomada da palavra. Essa dimensão institucional da tomada da palavra vem sendo abordada de um modo bastante peculiar, quando se vê confrontada com um movimento reflexivo de coprodução dos textos e do entorno que lhes dá sustentação. A espessura institucional subjacente ao dizer sugere que “a organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização” (Maingueneau, 2005, p. 134). Concebida dessa forma, a articulação entre discurso e instituição desloca-se da prática analítica inicial, quando a existência de instituições como a dos partidos políticos parecia preceder a produção/circulação de seus discursos, a exemplo de estudos como o de Courtine (2009). O que agora nos parece fundamental destacar é exatamente essa possibilidade que se abre de não mais precisar supor a anterioridade das instituições frente à produção discursiva, mas poder investir na investigação dos movimentos de produção simultânea.

Para lidar com esse desafio teórico, temos reafirmado a produtividade da noção de prática discursiva, tal como elaborada por Maingueneau (1997), justamente por permitir avançar no debate acerca da reflexividade da enunciação. Concebida como produção simultânea de textos e da comunidade que os sustenta, a referida noção tem o mérito de evidenciar a indissociabilidade dos vínculos entre linguagem e mundo. Essa formulação rejeita qualquer possibilidade de compreensão do contexto como moldura que agiria do exterior sobre os textos.

Da recusa à correspondência entre os posicionamentos discursivos e as opiniões individuais decorre outra ideia importante, a de que os posicionamentos investigados possuem espessura sócio-histórica, e são igualmente agenciados, afirmados, desqualificados, confrontados com outros posicionamentos. Desse modo, o que se ressalta é exatamente o fato de que esses posicionamentos não teriam outro modo de vida que não a própria existência que os textos lhes conferem e contribuem para instaurar.

Nessa direção, a proposta de uma semântica global tem sido a de “articular discurso e instituições através de um sistema de restrições semânticas comuns” (Maingueneau, 2005, p. 127). Ao afirmar, por exemplo, que a biblioteca de textos citáveis “delimita o que é necessário possuir para enunciar legitimamente” (Maingueneau, 2005, p. 136), o autor reforça uma concepção acerca da articulação entre discurso e instituição como um processo simultâneo, uma composição em ato.

A esse respeito, o autor propõe considerar uma “vocalização enunciativa” para se referir “às condições assim postas por uma formação discursiva para que um sujeito nela se inscreva, ou melhor, se sinta ‘chamado’ a inscrever-se nela” (Maingueneau, 2005, p. 137). Ao mesmo tempo em que aprofunda, com isso, a crítica à exterioridade das instituições em relação aos discursos, permanece em aberto a discussão a respeito de como esses vínculos vêm se compondo tal qual se observam. Avança nesse sentido reflexão recente, empreendida por Aguiar e Rocha (2015), a respeito dos ritos genéticos: “enunciados só se produzem com qualidades dessa ou de alguma outra ordem quando estão dadas as condições de circulação e de consumo que legitimarão tal produção, tal posição de enunciador, um dado etos, etc.” (Aguiar e Rocha, 2015, p. 65).

A partir de reflexões a que vimos nos dedicando mais recentemente, é justamente na necessidade de avançar nesse ponto que o acesso à concepção pragmática nos parece um recurso produtivo. A esse respeito, cabe distinguir os diferentes sentidos atribuídos a esse termo, dissociando a trajetória da disciplina acadêmica *pragmática* da concepção *pragmática* da linguagem, que vem possibilitando enfatizar a dimensão acional subjacente a toda produção verbal.

No que tange à disciplina acadêmica, é preciso registrar as dificuldades de convergência encontradas entre as duas orientações aqui em discussão, entendendo que uma não pode ser tomada como desdobramento natural da outra:

A AD não é uma teoria do discurso que possa ser descrita como uma pragmática ampliada para o texto, notadamente porque se constrói sobre concepções de linguagem, de sujeito e, sobretudo, de sentido marcadas pelo marxismo e pela psicanálise (Possenti, 1996, p. 73).

A impossibilidade de um prolongamento entre uma e outra disciplina marca-se fundamentalmente pelo modelo de sujeito, o qual se desdobra em modos de compreender o texto e a língua incompatíveis com o que a AD vem estabelecendo como horizonte de questionamentos e reflexões. Para a disciplina pragmática, o texto é compreendido como produto da intencionalidade do sujeito falante, passando a compreensão pelo reconhecimento dessa intencionalidade presente no texto e de ações correlatas reconhecendo explicitamente tal intencionalidade.

Uma síntese das controvérsias que têm caracterizado as tentativas de aproximação da perspectiva discursiva à disciplina pragmática considera a seguinte dualidade:

de um lado, faz-se referência genérica a uma pragmática que teria contribuído com o aprimoramento das formulações no que tange a uma dimensão institucional das práticas de linguagem e, de outro, constrói-se um simulacro dela, que se constitui como principal adversário da AD (Deusdará, 2013, p. 342).

Neste artigo, discutimos a produtividade do encontro entre discurso e pragmática, a partir da análise

dos performativos em notícia de telejornal. Com efeito, a análise dos performativos tem possibilitado a investigação da materialidade linguística, considerando as práticas de linguagem para além da mera representação.

Se o horizonte epistemológico que nos move se caracteriza pela crítica ao conteduidismo como plano concentrador da significação de um texto, a afirmação do vínculo entre discurso e instituição carece de um desenvolvimento teórico-metodológico mais consistente na direção de considerar que “todo texto supõe um ato ao qual remete, instituindo as coerções necessárias à sua compreensão” (Deusdará, 2013, p. 356).

Uma contribuição importante a esse respeito vem sendo desenvolvida por Rocha (2014), quando recupera a reflexão pragmática em torno da performatividade da linguagem, alargando-a para um enquadramento discursivo do fenômeno. A performatividade deixa de remeter a atos isolados pretensamente sustentados somente na intencionalidade do falante e passa a compor a complexa tessitura institucional na qual se inscreve a situação concreta de interação.

Nessa direção, o autor recupera então a ideia de que realizamos ação pela palavra: “ao dizer ‘obrigado’, realizo a ação de agradecer algo; ao dizer ‘prometo te trazer o livro’, engajo-me efetivamente numa promessa, tornando-me ‘devedor’ de alguém” (Rocha, 2014, p. 623). Ao retomar a ideia de que a tomada da palavra instaura atos e promove efeitos sobre as relações criadas, o autor sugere uma reconfiguração do quadro inicial proposto pela disciplina pragmática.

Tal reconfiguração passa por uma ampliação da noção de performativos, abrangendo não apenas ações como declarar, protestar, desculpar-se, aceitar desculpas, pedir retratação pública, prometer, retratar-se, mas também inclui movimentos que não se restringem ao que classicamente vem se denominado atos de fala justamente por se instituírem a partir de um conjunto de atos de fala. Trata-se de ações como “apoiar movimento cívico contra o governo, entrevistar, conceder entrevista, debochar, redigir ofício, cobrar posicionamento, propor campanha de boicote são ações que se concretizam por intermédio do uso da palavra” (Rocha, 2014, p. 625).

Essa ampliação do que classicamente se denominou atos de fala (Austin, 1990) permite uma aproximação com a interface discurso/instituição, conforme vimos tratando anteriormente. Isso se dá porque é preciso reconhecer que os exemplos clássicos de atos de fala como condenar, batizar, entre outros, encerram visão excessivamente ritualizada desses atos. A respeito da condenação, o que ela pressuporia seria justamente a existência de um ritual jurídico e de um falante autorizado, o que é absolutamente incompatível com a ideia de que não apenas o discurso se produz em uma dinâmica institucional como contribui para configurá-la.

Ao contribuir com a investigação dos performativos em contextos menos ritualizados, o autor contribui

para que se possa perceber que inclusive nos exemplos clássicos a própria instituição não foge de uma sequência de textos que lhe dá movimento e não se reduz aos atos isolados. Dessa forma, a função da palavra “parece coincidir com a própria produção e invenção desse mundo, uma vez que tudo o que ocorre são proferimentos de acusação, de indignação, de retratação, de proposição, etc” (Rocha, 2014, p. 627).

Chegamos aqui a um ponto que nos parece fundamental para a hipótese que nos orienta no presente trabalho: “a linguagem não pode ser considerada como cumprindo a função de proceder a mero relato de algo anteriormente ocorrido, caracterizando-se, antes, como a própria ação que se realiza” (Rocha, 2014, p. 626). Desse modo, reforçamos a ideia de que os textos não poderiam nos contar o que acontece sem já contribuir para a instauração dos contornos do mundo a que aparentemente apenas se refere.

Análise da performatividade

Neste item, procedemos à discussão a respeito da performatividade em notícias de telejornais, testando a produtividade dessas análises e apontando os impasses encontrados em sua delimitação em textos que circulam em suporte intersemiótico. Inicialmente, discutimos uma caracterização da notícia de telejornal a partir da perspectiva dos gêneros do discurso. Em seguida, demonstramos os impasses encontrados na delimitação dos performativos presentes no material analisado. Por último, apresentamos algumas discussões a respeito da produtividade dessas análises.

Com efeito, a hipótese que demonstraremos aqui está direcionada justamente para a ideia de que, ao contar um evento, (re)inventamos os próprios meios a partir dos quais se torna legítimo contá-los. Ou seja, ao falar de um mundo, a notícia não apenas lança mão de um vínculo referencial externo, como também lhe confere contornos próprios, disputando os meios de fazê-los. Mais do que versões de um “real” supostamente prévio, o que se constitui nos textos são mundos possíveis e não só já realizados.

Em sua pesquisa de mestrado, Eduardo (2015) analisa as notícias divulgadas em dois dias consecutivos pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. A primeira delas (Globo Online, 2014) produz uma cobertura jornalística de uma manifestação ocorrida no Palácio Guanabara, sede do governo fluminense, durante a passagem do líder religioso católico, o Papa Francisco. O desfecho dessa cobertura registra a prisão de um estudante, sob a acusação de porte de material explosivo. Já a segunda notícia estabelece com a anterior uma relação polêmica, uma vez que, recuperando outras fontes, reformula o dito na noite anterior e apresenta versão de que o estudante não seria culpado pelo lançamento do material explosivo contra policiais.

Outro aspecto considerado para a seleção das referidas notícias deveu-se à ampla divulgação nas redes sociais de um vídeo produzido pela mídia NINJA, indicando que “uma versão distinta daquela sustentada pela acusação contra o estudante proporcionou a emergência da polêmica” (Eduardo, 2015, p. 108). Como se vê, há uma considerável proximidade entre os critérios adotados para seleção dessas notícias e o propósito do presente artigo, qual seja, oferecer referências para a discussão em torno da produção de sentido em notícia de telejornal, considerando que, mais do que versões em disputa, o que se realiza é a própria *invenção* de mundos dos quais se fala.

Uma vez definidos os contornos do tipo de discussão que pretendemos realizar a partir das notícias de telejornal, consideramos necessário proceder a breve descrição a respeito desse gênero discursivo. À consagrada definição como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 262), somam-se as condições de êxito dos gêneros do discurso, propostas por Maingueneau (2013), de modo que a noção passa a se referir menos a uma arquitetura estrutural dos textos e mais a ações que fazem ver as condições para sua realização. Para Maingueneau, as condições de êxito de um gênero passam por: (i) finalidade reconhecida; (ii) estatuto legítimo entre os parceiros da comunicação; (iii) lugar e momento legítimos; (iv) suporte material; (v) organização textual; (vi) recursos linguísticos específicos.

Ao tratar das notícias de telejornal, recuperaremos a discussão proposta por Eduardo (2015), centrando-se no modo como a constituição das notícias no Jornal Nacional põe em cena o tão propalado “padrão Globo de jornalismo”. Por não ser o propósito deste texto promover uma caracterização do gênero notícia de telejornal, não percorreremos seus distintos modos de atualização, em

outros programas ou emissoras. Recuperaremos apenas uma caracterização mínima do material analisado, articulando-a com o propósito do presente texto.

Nesse sentido, observa-se, numa aproximação entre a notícia impressa e a televisiva, uma semelhança bastante geral quanto à finalidade reconhecida: ambos reivindicam a legitimidade para informar, ou melhor, para divulgar eventos/opiniões tidos como relevantes no cenário nacional. Perceba-se que os critérios de delimitação de um gênero devem ser tratados não como características prévias atualizadas em um texto, mas condições que os diferentes textos que o atualizam lutariam para exhibir. Concebido dessa maneira, o gênero configura-se como território de embates que reivindicam a legitimidade para continuar enunciando.

No caso das notícias de telejornal, a finalidade de divulgar eventos/opiniões tidos como relevantes no cenário nacional encontra na organização textual um modo bastante peculiar de atualização: a fala inicial se realiza no estúdio, em geral seguida de tomadas externas, que parecem funcionar à semelhança das seqüências em discurso relatado, na notícia impressa. Percebe-se assim que a finalidade pretendida se articula com um modo de enunciar, conforme se estabelece “um projeto de informar, descrevendo as circunstâncias de tempo e espaço, visando construir uma narrativa pautada em uma seqüência lógica dos fatos” (Eduardo, 2015, p. 109).

Como se observa na Figura 1, o estúdio se distribui em dois planos. No primeiro deles, a bancada com os apresentadores. Ao fundo e num plano inferior, pessoas diante de mesas com computadores, “algo semelhante ao ambiente de uma redação jornalística” (Eduardo, 2015, p. 102).

A disposição do espaço parece encenar certa distribuição de tarefa: sugere-se que a apresentação das



Figura 1. Estúdio Jornal Nacional.

Figure 1. Recording studio of “Jornal Nacional”.

notícias seja antecedida do intenso trabalho simultâneo de diversos profissionais. “Essa configuração do estúdio também visa estabelecer sentidos de credibilidade, autenticidade e imparcialidade na relação com o telespectador e se inspirou nos principais telejornais norte-americanos” (Eduardo, 2015, p. 102).

Considerando a articulação entre o verbal e o não verbal na produção de um texto de natureza intersemiótica, compreendemos que a organização textual se realiza por meio de falas introdutórias e finais exibidas nos estúdios e alternância com tomadas externas. Na notícia em análise, essas tomadas externas se caracterizam pela apresentação de sequências de imagens articuladas pelo texto de um único enunciatador-jornalista, distinto da apresentadora ancorada no estúdio.

A nosso ver, essa organização textual contribui não apenas para a reivindicação de legitimidade e autenticidade do que se diz, mas também para um efeito de neutralização da inscrição geográfica do estúdio, em contraposição à explicitação das coordenadas de tempo e espaço das tomadas externas.

Como se vê, a pretensa neutralidade que se reivindica como tema e característica do texto produzido é efeito de processos de composição das imagens, edição das sequências, simulação de um plano situado concretamente frente a outro em condição de apagamento de quaisquer circunstâncias espaciais. Com isso, tocamos um elemento que nos parece fundamental: a insuficiência do dito em favor dos processos de produção de sentido, evidenciando a reflexividade da atividade enunciativa.

A reflexividade de qualquer atividade enunciativa ganha contornos próprios nos textos jornalísticos e são apropriadas de modo bastante produtivo na constituição de efeitos de objetividade. Já foi possível demonstrar que, a partir da análise do funcionamento do relato em notícias de jornal impresso, “é preciso considerar a objetividade como uma construção que vai se dando a partir de certos procedimentos que passam a integrar o funcionamento discursivo” (Deusdará, 2007, p. 75). Nesse sentido, certas modalizações, o uso de determinados verbos em detrimento de outros, o modo verbal escolhido e as vozes selecionadas para enunciar, são alguns dos elementos que contribuem para que a modalização seja majoritariamente alocutiva, delocutiva ou elocutiva (Arantes, 2013).

Neste artigo, elegemos os performativos como entrada para a reflexão a respeito da construção simultânea entre texto e mundo. Para isso, conforme explicitado anteriormente, baseamo-nos na proposta de Rocha (2014), quando o autor analisa notícia impressa que se configura a partir de uma sequência de ações que se realizam exclusivamente pela linguagem. Trata-se de:

ações como declarar, protestar, desculpar-se, aceitar desculpas, pedir retratação pública, prometer retratar-se, alegar possuem em comum o fato de realizarem um ato pelo simples fato de serem enunciadas; por sua vez, apoiar movimento cívico contra

o governo, entrevistar, conceder entrevista, debochar, redigir ofício, cobrar posicionamento, propor campanha de boicote são ações que se concretizam por intermédio do uso da palavra (Rocha, 2014, p. 625).

A esse respeito, é possível observar que Eduardo (2015) também encontrou esse tipo de ocorrência em suas análises. Essas ocorrências foram fundamentais, como recurso metodológico alternativo, na medida em que o autor faz a seguinte constatação, como resultado de um primeiro levantamento de pistas para análise: “identificamos que existem muitos trechos narrativos e descritivos, porém a argumentação explicitamente aparece em poucos momentos” (Eduardo, 2015, p. 109).

Como nosso propósito neste texto reside em discutir os impasses encontrados na delimitação dos performativos como entrada possível de análise, é preciso esclarecer que não nos pautaremos por uma análise global da notícia, centraremos nossas reflexões na explicitação de impasses metodológicos que não foram discutidos originalmente na pesquisa em questão.

Análises do material

Apresentamos a seguir a transcrição de fragmentos do material analisado, de modo que se possam identificar os performativos. Com o intuito de demonstrar que há graus distintos na explicitação dos performativos em suas diferentes ocorrências, não obedeceremos à ordem cronológica em que as sequências se apresentam na notícia. Optamos pela apresentação, em primeiro lugar, das sequências com grau de maior explicitação dos performativos, seguidas posteriormente daquelas com grau de menor explicitação:

S1

Muitos policiais estavam sem identificação nas fardas. Esta manifestante aborda um deles. Ela pede para que o PM se identifique, mas ele se nega. Segundo a polícia militar, um menor foi apreendido e sete pessoas foram detidas por desacato, incitação a violência, formação de quadrilha, exposição ao perigo, resistência e dano qualificado.

Em S1, encontram-se diversas ocorrências de performativos: (i) manifestante aborda um policial; (ii) ela pede que ele se identifique; (iii) policial se nega a se identificar; (iv) polícia militar relata apreensão de um menor e detenção de sete pessoas; (v) [um menor e sete pessoas] desacatarem policiais; (vi) [um menor e sete pessoas] incitaram a violência; (vii) [um menor e sete pessoas] resistiram (?).

Uma primeira observação que se deve destacar acerca dos performativos encontrados em S1 reside em termos assumido a proposta de Rocha (2014), incluindo

ao lado de marcas mais classicamente identificadas como performativos “pedir”, “relatar”, “desacatar” elementos como “abordar”.

Uma segunda observação se refere à dúvida na delimitação do performativo em “[um menor e sete pessoas] resistiram”. Sabemos que resistir à prisão se dá pela produção de enunciados em que se pode tentar convencer o outro de inocência, denúncia da arbitrariedade do ato, entre outros. No entanto, a resistência pode dar-se apenas por gestos corporais, tentativa de deslocar-se da cena.

Uma terceira observação envolve ainda a possível existência de um performativo não delimitado anteriormente. Em “ela pede que ele se identifique”, uma ação efetivamente se realiza pela palavra com “pede”; no entanto, outra também se anuncia, sem que se realize efetivamente: “se identifique”. Sabemos que “identificar-se” é ato que se realiza pela palavra – no caso em questão, pela apresentação da etiqueta da farda com a identificação ou com a realização do enunciado contendo o próprio nome.

A partir da análise da primeira sequência, estamos diante não apenas de atos verbais efetivamente realizados, mas também de atos solicitados não efetuados.

Nas sequências a seguir, exibimos fragmentos em que a delimitação dos performativos já não se dá de modo tão evidente como na anterior:

S2

Patrícia Poeta: A passeata até a sede do governo do estado do Rio, onde o Papa Francisco recebeu as boas vindas ontem, começou pacífica, mas terminou em confronto. A polícia militar foi criticada por ter prendido um integrante do mídia ninja. É um grupo que transmite as manifestações pela internet.

Em S2, a mais evidente marca de ação verbal é a locução verbal “foi criticada”. Mesmo aqui, a estrutura passiva já anuncia um grau de menor evidência da ação narrada, uma vez que não se sabe quem teria produzido as críticas relatadas.

As demais marcas de performativos exigirão estratégias de explicitação da opção que assumimos ao defini-los como tal. Nesse sentido, o sintagma constituído pelo verbo “recebeu” acompanhado do grupo nominal “as boas vindas” também sugere algo que, conforme se pode inferir a partir de nossas referências históricas e culturais, configura-se como exclusivamente verbal: é pela produção de um texto acompanhado de gestos, fisionomias, deslocamentos de corpos no espaço, que se realiza uma “saudação”. Ainda que seja possível postular uma situação em que saudar se realize ligeiramente por um gesto de piscar os olhos, por exemplo, sabemos que tal movimentação estritamente corporal (portanto, não verbal) é incompatível com os encontros fortemente ritualizados entre chefes de Estado. Esses aspectos nos

conduzem a arbitrar por considerar tal elemento como introdutório de uma ação verbal.

Nesses termos, extraem-se os seguintes performativos do fragmento anterior: (i) [agente desconhecido] deu as boas vindas ao Papa Francisco na sede do governo do estado do Rio; (ii) [agente desconhecido] criticou a Polícia militar. Nessas duas formulações, optamos por apresentá-las na construção ativa, preenchendo com “agente desconhecido”, o que se apagou no enunciado. Consideramos que, se tomado isoladamente, esse tipo de apagamento poderia nos indicar muito pouco do que se produz na notícia. Essa opção evidenciará efeitos de sentido produzidos a partir de mecanismos linguísticos diversos, compondo um agenciamento complexo bastante interessante de ser observado.

Avançaremos nas análises de outras transcrições da notícia, com a finalidade de procurar pistas para as discussões que expusemos anteriormente. Em S3, note-se a presença do verbo “haver” conferindo estatuto de um fato a uma ação que se realiza pela palavra.

S3

Em frente ao bloqueio montado pela PM, a cerca de duzentos metros da sede do governo, manifestantes queimaram um boneco que representava o governador Sérgio Cabral. O grupo permaneceu no local sem que houvesse confronto, por cerca de meia hora, até a chegada de pessoas mascaradas e vestidas de preto. Houve gritos contra a PM.

Em “houve gritos contra a PM”, o estatuto factual é produzido pelo verbo “haver” ao qual se junta o elemento nominal “grito”. A título de ilustração, apresentaríamos agora nova formulação, em que melhor se evidencia a ação pela palavra: “[agente não identificado] gritou/gritaram contra a PM”, sem que seja possível apreender exatamente quais seriam as reclamações, denúncias, reivindicações presentes nos gritos a que se pudesse sintetizar genericamente como “contra a PM”.

Percebe-se, portanto, que o que se apresenta na qualidade de fato aqui é, na verdade, menos uma característica do dito e mais um efeito de um agrupamento de ditos diversos captados e transformados em um enunciado genérico que mantém dois aspectos básicos: a ideia de que algo foi dito e de que o conteúdo do dito manifestou-se “contra a PM”.

A marca mais saliente de um performativo nos permite acessar um plano das ações pelas palavras que se atualizam em uma forma mais factual e simultaneamente se condensam e generalizam as manifestações contrárias. Nesse contexto, introduzem-se questionamentos que nos permitem interrogar outras ocorrências. Em S3, chama a atenção o seguinte fragmento “manifestantes queimaram um boneco que representava o governador Sérgio Cabral”.



Figura 2. Pessoas queimando boneco.
Figure 2. People burning an effigy.

Por que meio o enunciador-jornalista teve acesso à informação de que o “boneco representava o governador Sérgio Cabral”?

Recuperando a articulação entre o enunciado verbal e o imagético, é possível ter acesso a palavras de ordem, denunciando o governador como “ditador”. Dessa maneira, não há dúvida, por um lado, de que “queimar boneco” não seja ato que se realiza pela palavra. Por outro lado, considerando apenas o ato não verbal “queimar boneco”, não é possível se ter acesso a qualquer sentido que se pudesse atribuir ao ato. Para tomá-lo como um ato de contraposição ao governador, é preciso se ter acesso às palavras de ordem, o que aparece no fragmento anterior como uma informação: “que representava o governador Sérgio Cabral”.

Adotando procedimentos semelhantes, apresentamos S4, seguida da extração dos performativos presentes no trecho:

S4

Por volta das cinco da tarde, os manifestantes começaram a se reunir na praça do Largo do Machado. O bairro é vizinho a laranjeiras, onde fica o palácio Guanabara, sede do governo do estado. Era uma manifestação pacífica que durou duas horas e quarenta e cinco minutos. Entre as cerca de trezentas pessoas, com faixas e cartazes, havia integrantes de partidos políticos e de movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. O grupo ocupou as escadarias de uma igreja, onde peregrinos cantavam músicas católicas e promoveu um beijaço contra a homofobia.

Note-se que, à primeira vista, no encadeamento narrativo produziram-se poucos elementos de natureza

performativa. Apenas em “peregrinos cantavam músicas católicas” observa-se uma marca linguística introdutória de ação verbal: “cantar”. À primeira vista, o predomínio do modo narrativo parece nos colocar diante de uma sequência de ações não verbais, a exemplo do que ocorre com “os manifestantes começaram a se reunir na praça do Largo do Machado”. Nesse trecho, relata-se o encontro de pessoas na Praça, que sabemos não prescindir da produção de um conjunto bastante difuso e efêmero de textos: cumprimentos individuais, saudações coletivas, apoios de transeuntes, solicitações de curiosos, exposição de faixas, cartazes e bandeiras, distribuição de panfletos, entoação de palavras de ordem, entre tantos outros textos que podemos atribuir a esse tipo de concentração para ato público.

Se não é possível exatamente atribuir a esse trecho um performativo, não parece se enquadrar em situação semelhante o trecho “[o grupo] promoveu um beijaço contra a homofobia”. O encontro de corpos “beijar”, realizado simultaneamente por diversas pessoas, é substantivado como “beijaço”. Já se pode observar a incorporação de um item habitualmente atribuído ao vocabulário dos próprios grupos em manifestação. Aliás, a própria palavra evidencia a dimensão ilocutória do ato, uma vez que “beijaço” nos remete ao ato de “beijar” realizado simultaneamente por diversas pessoas e organizado, ganhando contorno de resposta a algo com o que mantém relação de diálogo em potencial.

Por outro lado, essa palavra agrupa um conjunto de atos, dando-lhes contorno aparente de fato contado. Acrescente-se a isso o sintagma “contra a homofobia” como mais uma evidência de que, se não há elementos que possam ser recuperados como explicitamente performativos, também não se pode ignorar a força ilocutória que

tal ação empreende no contexto em que surge. O “beijação contra homofobia” torna-se, tal como é apresentado pela matéria, uma “resposta” aos “peregrinos”.

Essa análise nos conduz a retomar o trecho “havia integrantes de partidos políticos e de movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais”, em que, de forma ainda mais apagada, observa-se uma ocorrência interessante. Como o enunciador-jornalista teria tido acesso à informação de que determinadas pessoas são “integrantes de partidos políticos e de movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais”?

Uma análise estrita do material verbal poderia nos levar a indicar a presença de uma forma mais apagada de discurso relatado⁶. No entanto, essa fala ocorre como alocação para uma sequência de imagens em que se exibem pessoas segurando bandeiras contendo sigla de partidos políticos, entidades do movimento estudantil, a bandeira arco-íris – símbolo já consagrado dos movimentos LGBT –, entre cartazes e demais bandeiras não facilmente identificáveis, como mostra a Figura 3.

Como uma “informação” aparentemente deslocada no contexto em que surge, o referido segmento pode estabelecer com os demais uma função que nos parece dever ser levada em consideração: procede a uma caracterização das pessoas atuantes na manifestação.

Dessa forma, não nos parece necessário recorrer ao expediente do discurso relatado, supondo que alguém tivesse contado e que essa fonte permanecesse oculta. Aliando verbal e não verbal, percebe-se que o enunciador-jornalista “organiza” o que se exhibe em imagem. Reiterando essa dimensão do diálogo que se realiza por meio de

implícitos, Eduardo (2015) indica a pista das designações como igualmente produtiva:

As designações referentes aos manifestantes de determinado grupo social (LGBT) deixa implícito que nem sempre há integrantes desses movimentos nas manifestações, sugerindo certo destaque, como grupos à parte, ou ainda minorias frente a maiorias que, por extensão, não seriam LGBT (Eduardo, 2015, p. 112).

Apenas a título de ilustração, poderíamos imaginar uma formulação distinta daquela utilizada pelo enunciador-jornalista: “pessoas/manifestantes exibem bandeiras de seus partidos políticos, de suas entidades e de movimentos LGBT”. Nessa nova formulação, parece-nos possível sustentar que “exibir bandeira” seja um performativo, mesmo que ainda apresentado por uma marca pouco evidente. Seja por meio de um relato efetivamente produzido, seja pela captação de uma observação, o que se narra é potencialmente um texto. Nesse último exemplo em especial, subentende-se a presença de um enunciado com força ilocutória, sem qualquer resquício de diálogo com as demais informações apresentadas na sequência.

A partir do levantamento dos impasses explicitados aqui, seria possível afirmar que estamos diante de um tipo de texto distinto daquele analisado por Rocha (2014)? Apenas para retomar o que o autor indica como um fenômeno que se repete na segunda notícia analisada por ele, a ocorrência de diversos performativos “vem ratificar a compreensão de que se trata de mais uma notícia em que a palavra coincide com a ação realizada” (Rocha, 2014, p. 626).



Figura 3. Pessoas com bandeiras e cartazes.

Figura 3. People carrying flags and banners.

⁶ A respeito da categoria de discurso narrativizado, ver Deusdará e Sant’Anna (2007).

Se aceitarmos a hipótese de que as notícias televisivas em questão possuem menos ocorrências de performativos, o que estaríamos apontando como traço distintivo? Não estaríamos sugerindo que há notícias com maior grau de acesso a ações não verbais, portanto, possivelmente mais próximas dos fatos do que outras? Em última instância, o que estaria em jogo não seria justamente a dicotomia a ser ultrapassada entre linguagem/mundo, agora reafirmada pelo acesso a maior ou menor quantidade de performativos?

Sem dúvida, o que se percebe a partir dos impasses encontrados na delimitação dos performativos é a possibilidade de desconstrução de certos efeitos de neutralização da força performativa subjacente à palavra narrada. Muito do que se apresenta como narrativa não passa de uma forma difusamente condensada de ação pela palavra, o que vem ratificar a ideia de que não se dá apenas a divulgação de versões distintas sobre um mesmo evento, mas a produção de mundos que torna possível a narrativa apresentada.

Apenas para reafirmar o que vimos demonstrando, retomamos a observação que Eduardo (2015) faz a esse respeito, a partir dos encaminhamentos de suas análises:

Diferente do que pareceu ser objeto de mera informação pela grande imprensa, não é natural que manifestações populares encontrem no estado, através da polícia, elemento de oposição. Nesse sentido, percebemos que, além da narrativa, o grupo de ações (performativos) traz para a cena midiática oposições diante da polêmica criada no contexto das manifestações de 2013 (Eduardo, 2015, p. 110).

Apenas a título de ilustração, recuperamos nas sequências analisadas os diferentes embates construídos/sugeridos, reiterando procedimento já realizado por Rocha (2014):

- policial x manifestante;
- polícia militar x um menor e sete pessoas;
- polícia militar x integrante do mídia NINJA;
- bloqueio da PM x manifestantes (?);
- PM (?) x pessoas mascaradas e vestidas de preto;
- governador Sérgio Cabral (boneco representando?) x manifestantes (?);
- pessoas, com faixas e cartazes, havia integrantes de partidos políticos e de movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais x (?);
- peregrinos x manifestantes (?).

Mesmo não sendo possível assegurar a existência de todos os termos dos embates construídos, por não haver respaldo explícito, a própria possibilidade de recuperar essa diversidade de níveis em que os embates se dão/dariam já nos indica a produtividade do expediente adotado, bem como da sugestão de superação dos impasses encontrados. Com efeito, o investimento no texto como plano material em que se configuram embates entre posiciona-

mentos discursivos vem permitindo abordar o problema da pretensa natureza informativa de certos textos de um modo que consideramos bastante produtivo: os graus de apagamento/neutralização das ações narradas produzem efeitos de objetividade ao que é, na verdade, ação pela palavra, ação narrada ou mesmo captação e transformação empreendida pelo próprio enunciadador-jornalista.

Considerações finais

Na explicitação da rede conceitual que dá sustentação ao encontro entre perspectiva discursiva e pragmática, destacamos que a recusa do primado da função referencial da linguagem é ideia-força que vem promovendo reflexões bastante importantes no campo dos estudos do discurso. Não achatar o potencial de promoção de encontros das práticas de linguagem ao plano do dito tem nos parecido um movimento capaz de instaurar novos contornos para a pesquisa linguística.

Neste artigo, a hipótese de trabalho perseguida nos permitiu acessar um fenômeno linguístico-discursivo que merece destaque: os performativos. Essa entrada conceitual pode contribuir com uma reflexão acerca dos textos midiáticos de um modo bastante produtivo, avançando para além da delimitação das “visões” presentes em um texto.

Com efeito, a análise desse tipo de fenômeno por analistas do discurso demanda a necessidade de promover uma aproximação não evidente entre os estudos do discurso e a concepção pragmática da linguagem. Dessa forma, a referida noção permite avançar no debate acerca da inscrição institucional dos textos, por ser possível desdobrar a reflexividade da atividade enunciativa em sua inscrição sócio-histórica.

Como resultado, reiteramos o que temos perseguido como direção de pesquisa: a mídia não apenas conta versões diferentes de um mesmo evento, cada “narrativa” contém um potencial de ação, que pode ser investigado a partir de sua dimensão performativa. Em outras palavras, em consonância com Rocha (2014), textos falam de um real, produzindo mundos em que tais narrativas emergem como virtualidade atualizável.

Referências

- AGUIAR, D.B.A.; ROCHA, D. 2015. Ritos genéticos: uma abordagem discursiva do texto literário e suas contribuições para a teoria da análise do discurso. *Signum: Estudos da Linguagem*, 18(2):50-69. <http://dx.doi.org/10.5433/2237-4876.2015v18n2p50>
- ARANTES, P.C.C. 2013. *O jornal popular brasileiro e o Boulevardzeitung alemão: análise do discurso jornalístico em produção e em recepção*. Belo Horizonte, MG. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 243 p.
- AUSTIN, J.L. 1990. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 136 p.
- BAKHTIN, M. 2011. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 475 p.

- CARVALHO, J.M.de C. 1987. *Os bestializados: o rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Cia das Letras, 196p.
- COURTINE, J.J. 2009. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, EdUFSCar, 250 p.
- DEUSDARÁ, B. 2013. Pragmática e discurso: a noção de texto em questão. *Desenredo*, 9(2):340-357.
- DEUSDARÁ, B. 2007. Reflexões sobre a objetividade na mídia impressa: o apagamento da fonte em notícias de jornal. *Caderno Seminal Digital*, 8:61-76.
- DEUSDARÁ, B.; SANTANNA, V. 2007. Narrando para não explicar: mídia e sentido do trabalho dos profissionais de educação. In: V. SANT'ANNA; B. DEUSDARÁ (eds.), *Trajatórias em Enunciação e Discurso: conceitos e práticas*. São Carlos, Claraluz, p. 93-106.
- EDUARDO, L.F.M. 2015. *Mídias e manifestação popular: um embate de posicionamentos discursivos entre a imprensa brasileira e as mídias alternativas*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 247 p.
- GLOBO ONLINE. 2014. Passeata perto da sede do governo do rio durante visita do papa termina em confronto. Disponível em: <http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/passeata-perto-da-sede-do-governo-do-rio-durante-visita-do-papa-termina-em-confronto/2711401/>. Acesso em: 21/01/2014.
- MAINGUENEAU, D. 2013. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo, Cortez, 304 p.
- MAINGUENEAU, D. 2005. *Gênese dos discursos*. Curitiba, Criar, 189 p.
- MAINGUENEAU, D. 1997. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes/Unicamp, 198 p.
- PÊCHEUX, M. 1990. Análise automática do discurso. In: F. GADET; T. HAK (org.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 61-161.
- POSSENTI, S. 1996. Pragmática na Análise do Discurso. *Caderno de Estudos Linguísticos*, 30:71-83.
- ROCHA, D. 2014. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso*, 14(3):619-632. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-140310-4513>
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. 2014. Argumentos para uma abordagem discursiva das práticas de linguagem no trabalho. *Letras de Hoje*, 49(3):297-305. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2014.3.19106>
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. 2006. Análise de conteúdo e análise do discurso: o linguístico e seu entorno. *DELTA*, 22(1):29-52. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502006000100002>

Submetido: 28/08/2015
Aceito: 28/07/2016